



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**IMPACTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS TOMADAS DE
DECISÕES E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

ROBERTA CECÍLIA ARAÚJO BARROSO

**Belo Horizonte
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**IMPACTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS TOMADAS DE
DECISÕES E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica.

Profª Orientadora Ma. Sandra Maria Glória da Silva.

**Belo Horizonte
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ROBERTA CECÍLIA ARAÚJO BARROSO

IMPACTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS TOMADAS DE DECISÕES E NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 21/03/2015, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar vinculado ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, aprovado pela Banca Examinadora constituída pelos (as) seguintes professores (as):

Prof^a. Ma. Sandra Maria Glória da Silva - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. (a) Dr. (a) _____
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte, 21 de março de 2015.

Dedico este trabalho em especial a meu filho Matheus, que me enche de amor, carinho e tornou-se fonte de energia para alimentar-me.

Dedico este trabalho a todos os meus professores que trilharam comigo para esta conquista, pois, sem eles, este sonho não se realizaria.

“Educação é isso: o processo pelo qual nossos corpos vão ficando iguais aos que nos ensinam. Eu não sou eu: eu sou as palavras que os outros plantaram em mim”.

Rubem Alves.

Agradeço a Deus por possibilitar-me saúde, para desenvolver este trabalho.

Agradeço a meu marido e meu filho por me incentivar a estudar e lutar por meus sonhos.

E, por fim, agradeço a todos os professores que me encheram de conhecimentos, de modo especial à orientadora deste trabalho, D. Sandra, que muito somou para a concretização do mesmo.

“[...] não é a educação que forma a sociedade de uma certa maneira, mas a sociedade que, formando-se de uma certa maneira, constitui a educação de acordo com os valores que a norteiam. Mas, como este não é um processo mecânico, a sociedade que estrutura a educação em função dos interesses de quem tem o poder, passa a ter nela um fator fundamental para sua preservação.” (FREIRE, 1976, p. 146).

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre os impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho dentro da unidade escolar visando maior interação entre todas as partes envolvidas no processo de ensino aprendizagem. Este texto analisa o contexto da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, da cidade de Cláudio – (MG), tendo como propósito viabilizar uma gestão capaz de suprir a demanda do local de maneira democrática viabilizando tomadas de decisões que atendam a instituição, mantendo boas relações de trabalho e uma gestão cada dia mais descentralizada. Essa análise está articulada ao eixo processos de decisão constante no projeto político-pedagógico e tem como propósito viabilizar uma gestão cada dia mais democrática e que atenda aos anseios de toda comunidade escolar. Para tal reflexão recorreu-se à contribuição dos autores das seguintes obras: Barreto (2005), Castro (2000), Japecanga (2000), Oliveira (2005), Souza et al (2005) e Wittmann (2000). Por meio dessa análise verificou-se o quanto é difícil gerir democraticamente uma escola, o quanto as tomadas de decisões e as relações de trabalho são difíceis.

Palavras-chave: Gestão democrática. Decisões descentralizadas. Comunidade escolar.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Caracterização do <i>lócus</i> de pesquisa	11
1.2 Gestão democrática e relações de trabalho	12
2 O CONSELHO ESCOLAR PERANTE AS TOMADAS DE DECISÕES.....	14
3 AS TOMADAS DE DECISÕES E O PROCESSO DEMOCRÁTICO	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS.....	20
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM.....	22

1 INTRODUÇÃO

Ao término do curso de Especialização em Gestão Escolar surgiram alguns questionamentos acerca da gestão democrática. Um deles foi a dificuldade de se promover uma gestão realmente democrática e que aborde relações saudáveis na convivência diária perante a comunidade escolar. Nesse contexto, surgiu o interesse em analisar os impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho.

Esse tema foi escolhido devido a acontecimentos do dia a dia na escola. Acontecimentos esses que demandam a busca por estratégias para aperfeiçoar as tomadas de decisões juntamente com a comunidade escolar. Para exemplificar, menciona-se o fato de haver funcionários descompromissados, que não realizam integralmente suas funções e prejudicam tanto o funcionamento da escola quanto as relações de trabalho, pois as tarefas que não foram concluídas acabam sendo executadas por outra pessoa. Por decorrência, as relações interpessoais ficam desgastadas e cada vez mais difíceis. Além disso, há integrantes do Conselho Escolar¹ que não comparecem às reuniões e obstam decisões a serem tomadas. Parece que não compreendem o quanto a participação de todos é importante.

Entende-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) seja uma ferramenta capaz de auxiliar nesse processo de tomada de decisões, por ser construído coletivamente através de um processo democrático. Além disso, dentro da proposta do PPP todos os segmentos da escola estão envolvidos na busca por soluções cabíveis aos possíveis conflitos do dia a dia.

O tema dessa análise crítica está articulado a seixos tomadas de decisões e relações de trabalho, ambos constantes no PPP. Tomar decisões implica diretamente

¹“Devem fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado só porque faz parte dele. Contudo, o diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Conselho Escolar e também como o articulador das ações de todos os segmentos, visando a efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo.” (BRASIL, 2004a, p. 42).

afetar outra pessoa ou qualquer membro da comunidade escolar. Esses membros podem entender que as decisões são favoráveis ou não, cada pessoa compreende uma decisão de acordo com seus próprios interesses dificultando assim o bem comum. Para se tomar as decisões apropriadas para todos os membros da comunidade escolar é preciso deixar as metas e objetivos claros no PPP. Através dele o caminho para o desenvolvimento da escola é traçado de acordo com os anseios do bem coletivo.

Tem-se falado muito sobre gestão democrática e participativa, mas a mesma só realmente se efetiva com planejamento. O planejamento é a base para as ações vindouras. Através dele se traçam metas que podem ser alcançadas e melhoradas, tornando assim o fio condutor dos trabalhos dentro da escola. Uma gestão democrática e participativa associada ao PPP de uma instituição tende a ser uma ferramenta a mais para o sucesso da mesma favorecendo as tomadas de decisões e as relações de trabalho.

Outro requisito fundamental para a eficácia da gestão democrática é a elaboração coletiva do PPP. Nele devem constar todos os elementos importantes para a vida escolar, tornando-se o fio condutor dos trabalhos que serão realizados no estabelecimento de ensino, tal como afirma Souza et al (2005),

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA et al, 2005, p. 1).

O tema impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho foi destacado por ser uma questão difícil de se lidar dentro da unidade escolar. É muito complicado gerir uma escola democraticamente e ainda manter o bom relacionamento entre todos os membros da comunidade escolar e os funcionários da instituição. Hoje em dia, as relações entre as pessoas estão cada vez mais difíceis. Percebe-se que o ser humano está a cada dia mais egoísta e

disposto a lutar por seus próprios objetivos sem respeitar as necessidades e direitos alheios.

1.1 Caracterização do *lócus* de pesquisa

A Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim é constituída por uma clientela bastante diversificada. Há muitas pessoas oriundas de cidades diversas, vários tipos de arranjos familiares, crianças que vivem em risco de vulnerabilidade social, cultural e econômica. Além disso, existem diversos funcionários contratados. Esses profissionais trabalham durante 11 meses e ao final desse período precisam passar por outro processo de seleção. Nem sempre os mesmos funcionários conseguem voltar. Pois, o processo de seleção é feito através de uma escala onde contam a qualificação profissional, certificados específicos em diversas áreas e o tempo de serviço. As vagas são preenchidas conforme uma lista de classificação. Essa lista é feita pela Prefeitura Municipal de Cláudio (MG), por meio de inscrição aberta ao público dessa cidade e de cidades vizinhas.

Essa alta rotatividade de pessoal tende a prejudicar o trabalho pedagógico da escola, pois dificulta a continuidade nas atividades e projetos realizados anualmente. Para tentar amenizar esse problema, a escola busca todo ano ao distribuir as turmas deixar um profissional efetivo nos anos e períodos correspondentes a cada segmento, a saber: do 1º ao 5º do Ensino Fundamental, no 1º e 2º períodos da Educação Infantil, a fim de conduzir os trabalhos da melhor forma possível.

A escola mencionada está situada na cidade de Cláudio (MG), oferece Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano, Educação Infantil 1º e 2º Períodos e atende alunos do Projeto Escola de Tempo Integral (PROETI), mantido pelo governo estadual. As ações desenvolvidas no Proeti ampliam beneficentemente o atendimento das crianças, viabilizam melhora no aprendizado e elevação na qualidade do ensino. Essa instituição funciona nos turnos matutino e vespertino e possui 600 alunos matriculados. Além disso, essa escola tem treze salas, trinta e três professores, sendo 17 efetivos e 16 contratados, duas pedagogas contratadas, uma diretora, uma

vice-diretora, três auxiliares de secretaria, sendo duas contratadas e dez ajudantes de serviços gerais, nas quais três são contratadas.

Nessa instituição, alguns cargos são ocupados por pessoas que requerem maior qualificação profissional para oferecerem melhor atendimento à comunidade escolar. Os profissionais que atuam na secretaria, por exemplo, precisam saber usar com desenvoltura a Internet e programas de computador. Além disso, é necessário que eles conheçam a legislação referente à Educação Básica. Entende-se que a precariedade na formação desses profissionais gera acúmulo de tarefas que poderiam ser realizadas em tempo hábil. Quando se conhece sobre um documento, uma lei, por exemplo, as tarefas são realizadas com maior agilidade. Este é um problema que acontece no cotidiano desta e de outras escolas. Com isso as relações de trabalho se complicam, pois se gera acúmulo de atribuições para alguns e insatisfação para outros.

Esses profissionais continuam na escola por serem na grande maioria contratados. Todo ano existe uma escala de classificação na qual a prioridade é a qualificação profissional, certificados de cursos em áreas específicas e o tempo de serviço prestado na prefeitura. Alguns candidatos possuem certificados de qualificação profissional em áreas específicas, mas, quando vão atuar essa qualificação não condiz com sua atuação dentro da escola. Ou seja, têm curso de computação, mas não dominam o uso do mesmo. Para cada setor na escola existe uma lista e seus títulos para classificação específica. Esses profissionais dificilmente são dispensados, exceto se cometerem uma falta grave. Ao serem contratados no início do ano já sabem que o contrato será rescindido em dezembro. Essa é uma política da prefeitura Municipal de Cláudio (MG).

1.2 Gestão democrática e relações de trabalho

Sabe-se que a gestão democrática implica em descentralização de decisões. Porém, há tarefas que são específicas das secretárias, das serventes, das professoras e não podem ser delegadas. Em vista disso, um ponto que precisa ser melhorado na escola para atender melhor aos anseios da comunidade escolar é a desenvoltura nos serviços prestados pela secretaria. A única secretária efetiva da

escola não possui curso superior. A mesma já foi contemplada com um curso de graduação e não aceitou. Percebe-se muitas vezes um comodismo por parte de funcionários efetivos, principalmente após passarem pelo período probatório. Esses parecem não mais se preocuparem em aperfeiçoarem seu serviço. Assim, compromete-se o processo de descentralização das tarefas complicando a gestão democrática e as relações de trabalho.

As questões analisadas neste texto acerca dos impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho se deram através de observação. É difícil ser imparcial ao observar o trabalho dentro de uma unidade de ensino na qual se atua. Porém, todas essas questões realmente aparecem na escola e precisam ser analisadas.

Nota-se a partir dessas observações que embora se fale em gestão democrática, muitas decisões não são tomadas democraticamente o que gera dificuldade nas relações de trabalho. Constata-se a necessidade da atuação efetiva do Conselho Escolar nas tomadas de decisões da escola, o mesmo ainda intervém em questões mais graves, mas é necessário que ele aja em todas as decisões escolares, tal como exposto por Barreto(2005),

Embora atualmente os conselhos de escola e as APMs[Associações de Pais e Mestres] estejam presentes em todas as redes de ensino, observa-se que a participação na escola costuma ser ainda bastante limitada. São poucos os pais que comparecem às reuniões convocadas e as decisões aprovadas servem, muitas vezes, tão somente para dar mais força às medidas que o corpo docente já adotou, ou que adotar, ou que a direção quer tomar. Essas reuniões não refletem, de fato, um processo de discussão e envolvimento mais amplo. (BARRETO, 2005, p. 2).

Alguns membros do Conselho Escolar não têm consciência do quanto a atuação desse conselho é fundamental para auxiliar a gestão democrática dentro das unidades escolares. Além disso, ainda é muito complexo fazer com que o mesmo atue efetivamente nas escolas. A busca pela melhoria na atuação desse conselho integra o conjunto de metas a serem atingidas por meio do PPP da escola. O próximo assunto abordado no presente texto é a atuação do conselho nas tomadas de decisões.

20 CONSELHO ESCOLAR PERANTE AS TOMADAS DE DECISÕES

Refletir sobre as tomadas de decisões e as relações de trabalho da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim é um assunto dinâmico que requer também a atuação do Conselho Escolar dentro da unidade de ensino, bem como as possíveis relações e impactos entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e a gestão da instituição. Assim, a implantação das propostas do PPP tende a fazer a diferença perante as tomadas de decisões e o planejamento escolar, já que nele constam as possibilidades da escola como um todo. As possíveis mudanças e os projetos para melhorar, ampliar e consolidar a aprendizagem das crianças, como podemos ver em Oliveira (2005),

O PPP da escola deve, de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2005, p. 31).

Entende-se que o PPP seja uma importante ferramenta na administração escolar, pois abarca principalmente planejamentos de longo prazo. Por isso, esse documento precisa ser elaborado com clareza e consciência das potencialidades e dificuldades da escola. Tanto a gestão democrática quanto a construção coletiva do projeto político-pedagógico implicam em diversas tomadas de decisões que visam atender aos anseios de toda a comunidade escolar, tal como expresso por Wittmann (2000),

Os avanços no pensar e fazer da educação vêm demonstrando que todos podem aprender e que a construção de um processo educativo de qualidade para todos implica a construção co-responsável e compartilhada do projeto político-pedagógico, no âmbito da escola. Isto implica a autonomia da escola e sua gestão democrática. Novas competências e aptidões cognitivo-atitudinais são necessárias, para que os educadores e, em especial os gestores cumpram sua função nesta nova realidade socioeducativa (WITTMANN, 2000, p. 88).

O Conselho Escolar dessa instituição vem atuando positivamente na escola, mas ainda precisa ser mais eficaz. Este foi criado para auxiliar a gestão nas tomadas de decisões e para assegurar uma gestão mais participativa e descentralizada. É um órgão de suma importância para o bom desenvolvimento da escola e para a comunidade escolar. Porém ele deve atuar dentro da unidade de ensino visando o bem comum da sociedade. Não se faz uma gestão democrática individualmente, é preciso a união de todos para tornar a administração realmente participativa e descentralizada e nada melhor que o Conselho Escolar.

Após a implantação do Conselho Escolar, a Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim melhorou a administração e propiciou a busca constante por aperfeiçoamento na gestão democrática. Embora ainda seja necessário que a comunidade escolar conheça melhor as funções desse conselho e que a atuação dele seja ampliada, tal como exposto em Brasil (2004b),

[...] o papel do Conselho Escolar é o de ser o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática, não como instrumento de controle externo, como eventualmente ocorre, mas como um parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola (BRASIL, 2004b, p. 20).

Assim, o gestor descentraliza o poder e divide as tarefas. Tornando a gestão uma função mais fácil, pois, com a contribuição dos Conselhos Escolares as tomadas de decisões não são atribuídas como sendo responsabilidade apenas do gestor. Uma gestão democrática compartilha poderes e atribuições que contribuem para o desenvolvimento e crescimento da escola.

Pretende-se alcançar com esta pesquisa uma melhoria na gestão da escola e nas tomadas de decisões da mesma, visando sempre melhorar as relações de trabalho bem como permitir a unidade de ensino uma gestão mais democrática, participativa e descentralizada. Nesse sentido, é preciso se repensar como as tomadas de decisões são difíceis de serem tomadas democraticamente. Com esse intuito, o próximo capítulo do presente texto dará enfoque às tomadas de decisões e ao processo democrático.

3AS TOMADAS DE DECISÕES E O PROCESSO DEMOCRÁTICO

O processo de tomada de decisões de maneira democrática é algo complexo e exige comprometimento por parte de toda equipe administrativa, bom senso e a capacidade de rever decisões, bem como ouvir sugestões acerca dos mais diversos assuntos. Além disso, é preciso que gestores e equipe pedagógica estejam sempre dispostos a compartilhar os acontecimentos e as possíveis decisões que forem tomadas. Numa gestão democrática não se pode tomar decisões sem a participação da comunidade escolar. As decisões devem ser tomadas de comum acordo com a maioria e assim as relações de trabalho se consolidam.

No âmbito educacional é preciso que o trabalho flua de maneira participativa, todos devem contribuir para a melhora educacional. Supõe-se que gerir democraticamente uma escola significa prestar atenção às demandas da comunidade escolar, contando para isso, com a participação efetiva de todos os envolvidos no processo. Levar em conta a opinião do outro e as relações entre todos, visando preservar a boa interação entre todas as partes. Já que gerir também é pensar nos direitos de todos sem ferir nenhuma das partes envolvidas, ou seja, compreender a função do poder, como se pode ver nos dizeres de Japecanga (2000),

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões (JAPECANGA, 2000, p.46).

Entende-se que o conhecimento aliado à gestão democrática, participativa e descentralizada pode ampliar e abrir novos rumos para a melhoria tanto na gestão quanto na educação. O que pode ajudar a garantir que a gestão se pautem na democracia e que as decisões visem o bem comum assegurando as boas relações de trabalho, formando assim crianças com espírito ético e democrático. A respeito desse assunto Castro (2000) assim se expressa:

O grande desafio da educação brasileira é, portanto, lidarmos com toda a complexidade e envolvimento que a educação exige. O professor que se envolve, que se responsabiliza, é aquele que pode fazer uma diferença, mas esta é a nossa luta constante como educadores, e o grande desafio das diretoras de escola municipal: como envolver os professores, como trabalhar com esperança, como acreditar nas pequenas mudanças e nos efeitos às vezes individuais e não perceptíveis como resultado do trabalho docente, da ação educativa(CASTRO, 2000, p. 76).

Sendo assim, o conhecimento acerca do conceito de gestão democrática viabilizou uma melhoria no processo de gestão da escola. Afinal, gerir uma escola engloba um arsenal de tarefas que demandam conhecimento, discernimento, flexibilidade, eficiência, democracia e persistência. Para tais requisitos percebe-se a necessidade de uma especialização e de uma busca constante em conhecer a comunidade escolar, através dela o gestor fará ou não uma boa administração.

Conhecer a comunidade escolar bem como suas necessidades pode facilitar o trabalho da gestão e do Conselho Escolar, o conhecimento garante que novas estratégias sejam articuladas e melhor planejadas para o bem comum de todos. Nesse sentido, a instituição escolar tende a avançar em sua administração se o gestor obtiver tais conhecimentos. Em vista disso, apresentam-se nas considerações finais as principais conclusões obtidas por meio da análise sobre os impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho dentro da unidade escolar, foi possível chegar a algumas conclusões. Primeiramente, evidenciou-se a dificuldade de se tomar decisões juntamente com toda comunidade escolar e os membros do Conselho Escolar, pois, a participação dos mesmos é mínima, assim, nem todas as propostas apresentadas no PPP puderam ser implementadas.

Percebeu-se que os impactos da gestão democrática nas tomadas de decisões e nas relações de trabalho tendem a facilitar e melhorar o desenvolvimento das escolas. A partir do momento em que realmente as decisões são tomadas democraticamente a satisfação do grupo é notória, o que tende a melhorar as relações de trabalho bem como sua eficiência. Foi positivo verificar que os impactos da democracia no âmbito escolar, a flexibilidade das decisões, a aceitação por mudanças e as possíveis soluções para os problemas tendem a ser amenizados.

Mesmo tendo um PPP e um planejamento a unidade de ensino não consegue tomar decisões utilizando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Percebe-se muitas vezes desinteresse por parte da comunidade escolar acerca dos assuntos do dia a dia da escola. Por ser uma escola situada na periferia de grandes centros urbanos, cuja clientela é diversificada, possui vários arranjos familiares, crianças em risco de vulnerabilidade social, cultural e econômica, se infere que o contexto escolar não seja algo prioritário na vida da maioria dessas famílias. Muitos têm como prioridade a própria sobrevivência e deixam a instituição de ensino em segundo plano.

Assim, como realmente implantar o planejamento e as propostas do PPP? Como tomar decisões democráticas? Como melhorar as relações de trabalho? Como descentralizar as tarefas do dia a dia? O grande desafio está em aumentar a participação e o interesse da comunidade escolar pela escola.

Pressupõe-se a necessidade de maior envolvimento por parte de todos, para que se efetivem todas as propostas e planejamento contidos no PPP da escola, viabilizando

uma instituição melhor e de mais qualidade. Na qual todos os envolvidos possam realmente assumir suas responsabilidades e atribuições, executando-as com eficiência. Que os profissionais engajados no âmbito escolar se qualifiquem, aperfeiçoem e busquem reconhecer suas faltas suprindo-as da melhor forma possível. Assim as ações planejadas pela equipe administrativa irão fluir e a escola tenderá a se desenvolver em busca do êxito pela democracia, haverá decisões condizentes com a maioria dos interessados e as relações de trabalho se estreitarão.

Quando todos se envolverem no planejamento das ações da escola e buscarem desempenhar cada qual seu papel no processo educacional e administrativo, a instituição caminhará rumo ao êxito e as relações de trabalho se transformarão. Por decorrência, a democratização nas tomadas de decisões e a descentralização das tarefas serão viabilizadas possibilitando a efetivação de uma gestão democrática, participativa e que atenda aos anseios de toda comunidade escolar.

Por tudo acima mencionado, zelar por uma gestão democrática, participativa e descentralizada deve ser o fio condutor de toda meta escolar. Dessa forma, têm-se profissionais mais satisfeitos, alunos aprendendo mais, a comunidade escolar cada dia mais presente na escola e por consequência escolas melhores, com impactos positivos acerca da gestão democrática, tomadas de decisões e nas relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Caderno 1. Brasília-DF, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Caderno 2. Brasília-DF, 2004b.

CASTRO, Marta Luiz Sisson de. A gestão da escola básica, **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 71-87, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1093/994> Acesso em: 08 jan. 2015.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. A democratização das relações de trabalho na escola pública básica, **Org& Demo**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, fev./jun. 2000. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em: 29 jun. 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Debate: retratos da escola. Boletim 12 junho/julho 2005. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. Gestão e avaliação da educação escolar. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005. – (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/caderno_4.pdf Acesso em: 29 jun. 2014.

WITTMANN, Lauro Carlos. Autonomia da escola e democratização de sua gestão - novas demandas para o gestor, **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 88-96, fev./jun. 2000. Disponível em:
<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1094/995> Acesso em: 27 jun. 2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

ALDAIR RODRIGUES RESENDE

ALESSANDRA DA SILVA ALVES PESSIM PEREIRA

FLORECENA DE MELO OLIVEIRA NOGUEIRA

GEOVANETE PIASSI FERREIRA

ROBERTA CECÍLIA ARAÚJO BARROSO

ROSÍ IMACULADA

**BELO HORIZONTE
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MADRE MARIA DOS ANJOS AMORIM**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do (a) Professor (a) Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3.CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	16
5. PROCESSOS DE DECISÃO	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	21
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS.....	29

INTRODUÇÃO

Tendo como principal objetivo a formação íntegra dos alunos, pautada no respeito, ética e o conceito de cidadania, é preciso viabilizar a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição. O mesmo deve conter todas as diretrizes e metas a serem alcançadas por toda equipe escolar. O trabalho coletivo e contínuo também deve dar suporte para todo processo de adequação, implementação e avaliação.

O PPP de uma instituição é o eixo central para construção da qualidade na educação nas escolas. Deve ser elaborado envolvendo toda a comunidade escolar, partindo do pressuposto de onde estamos, para onde queremos ir e o que fazer para se chegar lá. Seu principal objetivo deve ser ressignificar o trabalho dentro da escola. Nasce a partir do desejo e ansiedade de melhorar a educação e da necessidade de se preparar os gestores escolares, para lidar com as questões relativas à educação, avaliação, conselhos escolares. Através do PPP buscamos a participação, reflexão, desconstrução e construção de novos conceitos como dizia Azevedo,

Apesar de tais constatações, é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico (PPP), o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos do exercício da gestão escolar democrática. Desta perspectiva, o PPP é, também, um instrumento fundamental para a efetiva construção e instalação da democracia social entre nós. Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social. (AZEVEDO, 2010, p.2).

A responsabilidade de uma instituição escolar é sempre muito complexa, devendo estar a serviço de toda comunidade escolar, com muita competência e qualidade em suas ações. Deve-se buscar melhorar a qualidade de ensino obtido pelas crianças tendo como propósito ajudá-las melhorar sua realidade atual e buscar transformá-la em prol de melhores condições de vida na sociedade.

Na instituição escolar, Madre Maria dos Anjos Amorim, a administração, equipe pedagógica, corpo docente e demais funcionários, trabalham visando transmitir conhecimento e entusiasmo pelo ensino-aprendizagem. Busca-se também uma conexão com a afetividade e auto-estima dos educandos. Nessa perspectiva o trabalho pauta-se muito na ética e no bem comum.

A Escola funciona em um bairro de periferia na cidade de Cláudio-MG, em prédio próprio, à Rua Francisco Martins Amorim, número trinta e cinco no Conjunto Habitacional Santa Maria, seu e-mail: emmadredosanjos@hotmail.com, telefone (37) 33812571. Conta com aproximadamente seiscentos alunos, sendo seis salas de Educação Infantil, quatorze salas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e quatro salas de Projeto Educacional em Tempo Integral. Dentro desta instituição escolar existe assistência pedagógica nos dois turnos, três secretárias, vinte e quatro professores, dois professores eventuais, dois professores de biblioteca, uma professora recuperadora, uma professora da sala de recursos, um professor de música, dois professores de educação física, dez ajudantes de serviços gerais, uma diretora e uma vice-diretora.

Sendo o Projeto Político Pedagógico uma ferramenta muito importante na administração escolar, torna-se um planejamento a longo prazo, que precisa ser subsidiado com consciência, percebendo as potencialidades da escola e também suas dificuldades. É um processo de muitas tomadas de decisões que pressupõe gestão participativa e democrática, construindo assim, um planejamento de cunho coletivo que possa atender aos anseios de toda comunidade escolar. Nesse sentido Oliveira já dizia,

O PPP da escola deve, de fato mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua

constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Neste aspecto vale ressaltar a construção coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, no qual o gestor gerencia as tomadas de decisões a fim de, facilitar todo processo de criação e reconstrução das metas e objetivos delimitados no projeto. Sendo um líder na instituição, o gestor deve criar as situações favoráveis para desenvolver os projetos e ações delimitados no PPP. Estecria realmente condições de efetivar a aprendizagem dos alunos, melhorar o currículo da escola, o espaço físico, os processos de decisões que envolvem toda comunidade escolar, as relações de trabalho e o processo de avaliação da escola.

Assim não se pode pensar o PPP da escola como um projeto feito e acabado, ele deve ser flexível, inovador e sempre avaliado, com intuito de aprimoramento. Por ser uma proposta de longo prazo e apresentada numa gestão democrática, o mesmo deve ser adequado às exigências e anseios do momento para que assim atinja os seus objetivos como podemos ver nos dizeres de Souza,

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p. 1).

Neste sentido, seus objetivos só serão realmente alcançados com uma gestão democrática e participativa, no qual todos os segmentos da instituição juntos, busquem possíveis soluções para todo coletivo da escola. É no processo de discussão, debates e sugestões que está à garantia do sucesso ou fracasso escolar.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Pensar sobre ensino-aprendizagem em plena era da globalização demanda estar atenta no mundo tecnológico e inovador no qual as crianças de hoje tem acesso. Nesse sentido, a educação precisa ser repensada e recriada através de muito conhecimento e capacitação de todos envolvidos. Para se obter êxito no ensino-aprendizagem dos alunos é também importante que o professorado esteja atualizado e bem preparado para mediar o conhecimento a fim de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Essa mediação do conhecimento deve levar em conta a teoria e a prática, buscando sempre a práxis, tornando, portanto, elo de ligação, também, com a realidade dos educandos. Assim, a escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim busca a valorização da cultura e da realidade das crianças, transformando o conhecimento em algo significativo, como podemos ver em Dourado,

As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pese, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades de origem sócio-econômica e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. Isso significa dizer que não só os fatores e os insumos indispensáveis sejam determinantes, mas que os trabalhadores em educação (juntamente com os alunos e pais), quando participantes ativos, são de fundamental importância para a produção de uma escola de qualidade ou escola que apresenta resultados positivos em termos de aprendizagem. (DOURADO, 2010, p.8).

Toda filosofia da Escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, está pautada na proposta do sócio-construtivismo. Tendo como parâmetro a construção do conhecimento a partir da própria vivência das crianças. O meio no qual as crianças estão inseridas é sempre levado em conta, principalmente, por situar-se em um bairro de periferia com bastante problemas sociais.

Busca-se desenvolver durante a aprendizagem dos alunos uma consciência nos educandos para que se desenvolvam culturalmente, fazendo uso ético dos conhecimentos adquiridos e que tenha na instituição escolar, uma referência para projetarem uma vida digna e justa que valorize e respeite a pluralidade cultural da sociedade.

A construção da aprendizagem dos alunos baseia-se na construção coletiva, em que todos os envolvidos no processo de educação participam, eles não só se inteiram do conhecimento, mas se apropriam dele, sendo, portanto capazes de utilizá-lo em seu próprio benefício. O processo de ensino-aprendizagem é socializador e deve ser visto como fruto de um trabalho coletivo no qual o aluno interage com o meio ambiente, as pessoas e toda sociedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura da instituição é formada pelos órgãos em funcionamento da Unidade Escolar, diretoria, órgãos do colegiado, serviços de apoio administrativo e pedagógico. A diretoria é formada pelo diretor e vice-diretor, sendo o diretor o representante legal que administra a Escola, devendo cumprir sua função visando o bem comum da comunidade escolar.

Sendo assim, a administração escolar exige um bom planejamento, organização, execução, avaliação e uma gestão democrática. Administrar uma escola é bem mais que acompanhamento, apoio e cobrança, é também o desafio de se educar pessoas. Portanto, administração escolar torna-se uma tarefa bem complexa, como diz Gonçalves,

A administração tem por finalidade conseguir economia do tempo, enquanto que a administração escolar o objetivo é educar as crianças, os jovens e os adultos. É tarefa diferente de qualquer outra administração, muito mais complexa. A administração escolar envolve não só as crianças, pais, mestres e funcionários, mais toda a coletividade, envolve também os próprios interesses nacionais. (GONÇALVES, s.d. p.23).

Percebe-se, portanto que a escola é um todo e como equipe todas as partes são fundamentais para o bom desenvolvimento do estabelecimento. Sendo que para o seu sucesso o trabalho coletivo é essencial.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A escola conta com um quadro escolar bastante abrangente e que na medida do possível atende a demanda da mesma. A instituição conta com os seguintes cargos para seu funcionamento: diretor, vice-diretor, secretárias, pedagogas, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor qualificado para sala de recursos, ajudante de serviços gerais, psicóloga da educação, nutricionista e o colegiado.

O diretor e vice-diretor delegam as tarefas e buscam gerir a escola de maneira democrática e participativa. As tomadas de decisões são vistas para o coletivo, o diretor não só toma a decisão, mas participa das ações. Quando se determina as ações todos participam inclusive o diretor e o vice-diretor. O poder descentralizado divide as responsabilidades entre todo o grupo como já dizia Gonçalves (s.d. p.32), “Na gestão democrática é importante a presença organizada da sociedade na escola, acompanhando e participando do processo educacional, onde o diretor descentralizando o poder distribuído responsabilidades entre todos.”

A parte burocrática da escola fica com as secretárias, que cuidam dos livros de registros da vida escolar dos alunos, transferências, matrículas, ou seja, tudo que envolve a parte de registros dentro das leis sobre os alunos. A limpeza e merenda são de responsabilidade das ajudantes de serviços gerais que executam com esmero tais tarefas.

Já a estrutura física da escola é muito boa, bem arejada, com muitas salas de aula, quadra coberta, parquinho, ampla área gramada, um bom refeitório, sala dos professores, sala de computação, secretaria, sala da direção e é importante ressaltar que a mesma possui espaços com acessibilidade. Porém, sempre pode-se

melhorar as instalações do prédio, já que a mesma atende tanto o Ensino Fundamental quanto a Educação Infantil.

Neste sentido o próximo subtítulo aborda a estrutura pedagógica da escola a fim de mostrar como o restante de todo grupo trabalha em prol do desenvolvimento da escola de maneira consciente e participativa.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O calendário escolar do município conta com 200 dias letivos distribuídos entre quatro bimestres. Nele consta os feriados, recessos, Dia D – Toda a escola deve fazer a diferença, Toda comunidade participando, as festividades da escola, assembléias, conselhos de classe, reuniões técnico-pedagógicas, dias de planejamento e formação continuada. Tudo distribuído visando o bom andamento do ano letivo conforme anexo 1.

A estrutura pedagógica da escola conta com pedagogos, professores, professores de educação física, professor de música, professor recuperador, professor especializado para sala de recursos, psicóloga, nutricionista e acompanhamento da gestão. Estes profissionais específicos foram citados devido a sua necessidade e as funções diferenciadas que executam. Temos escolas no município especificamente do estado que não possuem esta variedade de profissionais. Sendo estes fundamentais para o bom desenvolvimento da escola como um todo.

Mesmo com este variado quadro funcional para acompanhar o desenvolvimento pedagógico das crianças, a escola ainda não atende adequadamente a sua demanda. É preciso além desses profissionais: neurologista, fisioterapeuta, psicopedagoga. Percebe-se que o número de crianças com algum comprometimento vem crescendo nas escolas e precisamos de uma equipe multiprofissional para dar conta de atender as mesmas com qualidade.

É preciso mais investimento das políticas públicas para se ter realmente uma educação de qualidade e que seja referência. Acredita-se que é preciso também oferecer durante o tempo que as crianças estão na escola, um tempo de qualidade

no qual possam desenvolver suas potencialidades e compreender também sua realidade como diz Cavaliere,

A organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma da sociedade. Dentre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral. (CAVALIERE, 2007, p. 1017).

A escola Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim, atualmente atende a Educação Infantil (1º e 2º Período, cerca de 130 alunos), Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, cerca de 345 alunos e o Projeto Educacional em Tempo Integral (1º ao 5º Ano cerca de 122 alunos). Sua clientela é bastante diversificada, com muitos alunos oriundos de outras cidades, que muitas vezes chegam à escola com grande defasagem escolar, suas famílias desestruturadas e em condições financeiras comprometidas, muitas dessas famílias vem para cidade em busca de trabalho.

Para atender toda essa diversidade, o trabalho precisa ser bem planejado e contar com bons profissionais para realização das tarefas. Um impasse que se percebe na escola é quanto ao seu quadro escolar. O quadro escolar conta com muitos funcionários contratados, que ano após ano são modificados e não dão continuidade a proposta pedagógica da instituição, o que compromete a aprendizagem dos alunos e seu desenvolvimento como um todo. Os profissionais efetivos são divididos entre as diversas turmas para subsidiar e procurar auxiliar o trabalho dos contratados.

Outra estratégia adotada pela instituição é utilizar um professor recuperador para ajudar na aprendizagem dos alunos com defasagem, colocá-los também no Projeto Educacional em Tempo Integral, já que o mesmo agora conta verbas do Mais Educação que garantem a contratação de oficinairos que trabalham de maneira lúdica as dificuldades das crianças.

A escola também conta com um projeto desenvolvido pelas próprias docentes o Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), o qual tem como objetivo traçar metas e estratégias para sanar as dificuldades das crianças. O PIP possui atividades específicas para ajudar os alunos vencerem suas defasagens e apropriar-se do conhecimento. Todas essas ações são muito bem planejadas e estão no Projeto Político Pedagógico da escola, com as metas, estratégias e ações. O acompanhamento diário é feito pela pedagoga e direção. Contudo, ainda se tem como meta, sanar as dificuldades de aprendizagem das crianças e viabilizar cada vez mais uma educação de qualidade para as crianças.

Pretende-se em breve começar colher os frutos dessa jornada de trabalho, diminuindo o número de crianças com mais dificuldades, alfabetizando cada dia mais as crianças no tempo certo e ainda aumentando notas nos índices do governo.

3. CURRÍCULO

Pensar em um currículo pressupõe planejamento escolar, pois é na escola, na família, na vida social, que a criança adquire seus saberes. Esse momento é uma oportunidade de todos os envolvidos no âmbito escolar refletirem sobre que educação quer transmitir aquela comunidade escolar. Momento de se garantir uma educação de qualidade que seja capaz de formar cidadãos críticos, reflexivos e transformadores de sua atual realidade.

Tendo como referência a era globalizada e tecnológica na qual estamos inseridos, se faz necessário um ensino inovador que consiga atrair a atenção dos educandos. Portanto, o currículo não deve conter somente as disciplinas tradicionais, é preciso também inovar, ou seja, incluir modalidades atuais e que estejam no cotidiano dos alunos. Assim os mesmos adquirirão conhecimento que possam também ser utilizados no seu dia a dia.

Os currículos já foram, de certa forma, impostos pela hierarquia em que se formava sujeitos passivos que não buscavam transformar sua realidade. Hoje a preocupação é contrária, é necessário sim, formar sujeitos ativos que se adaptam ao mundo de hoje. Um mundo capitalista, consumista e tecnológico. É preciso desenvolver as diversas habilidades dos sujeitos para transformá-los em seres humanos pensantes e atuantes. E para viabilizar esse processo, um dos passos essenciais é reformular os currículos, como vemos em Moreira,

Como reformar currículos é alterar a prática da educação, está-se diante de problemas de relação entre teoria e prática que interessa e concerne a muitos, não apenas aos técnicos, aos especialistas e aos professores. Cabe, então, promover o diálogo entre esses grupos, como estendê-lo para além das escolas, das universidades e dos sistemas escolares. (MOREIRA, 2000, p. 131).

A grade curricular(ANEXO2) é dividida conforme exigências legais e visa contemplar as disciplinas como um todo. Busca-se encaixar todas as áreas do conhecimento a fim de formar o sujeito em sua totalidade. Podemos verificar esta distribuição na grade curricular que se encontra no anexo 2 deste documento.

observando a LDB, especificamente o artigo 26 da lei 9394/96, verificamos um currículo que deve abranger obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, principalmente do Brasil. O estudo da disciplina de História contribui para se repassar a cultura e etnias do povo brasileiro. A arte sendo também um componente obrigatório, tem a possibilidade de ampliar o campo referencial das crianças através do lúdico, com muita criatividade e manifestações de talentos. Outra disciplina obrigatória é a educação física que vem adaptando-se as diferentes modalidades de ensino.

Assim sendo, é realmente importante um currículo base, mas a parte diversificada deve ressaltar os interesses de cada região, bem como seus anseios. Na escola mencionada, a parte diversificada abrange todo o Ensino Fundamental com aulas específicas de música. Essa modalidade de disciplina tem contribuído muito para a concentração e desenvolvimento cognitivo das crianças. Outro fator importante que percebe-se com a implantação dessa modalidade de ensino é que a música mexe com os sentimentos das crianças tornando-as mais sensíveis e também melhorando sua convivência social.

O currículo escolar também não pode ficar preso somente nos conceitos, ou seja, no saber, é preciso viabilizar para estas crianças o saber fazer e o saber ser, perante o mundo em que vivemos. Neste sentido é de suma importância propiciar condições

reais de aprendizagem, um ensino mais diversificado possível e qualidade no que for ensinado.

Saber valorizar a participação dos alunos durante o processo de aquisição do conhecimento também é muito importante, vale lembrar que é preciso delegar aos mesmos responsabilidades, fazê-los perceber a oportunidade que lhes é ofertada e ajudá-los compreenderem o peso de suas decisões. É este processo de assimilação e apropriação do conhecimento, que torna o sujeito construtor e ressignificador de sua realidade.

Dessa forma o currículo da instituição procura abranger todas as diversidades das crianças, tendo como meta a aprendizagem significativa dos alunos, a meta é assegurar a capacidade do educando aprender, propiciando condições para que o mesmo tenha seu direito à educação assegurado, tarefa que não é fácil de ser alcançada, como podemos ver nos dizeres de Moreira,

Por outro lado, além das exigências legais, há de se ressaltar a sensível dificuldade de se implantar em um sistema escolar uma proposta que de fato configure um rompimento com as limitações disciplinares. A familiaridade dos professores com as disciplinas, adquirida na prática que desenvolvem, nos livros didáticos com que trabalham – também eles organizados segundo as disciplinas -, bem como na formação recebida nos cursos frequentados, acaba por promover a internalização dos princípios da disciplinaridade e por criar um *habitus* difícil de ser superado. (MOREIRA, 2000, p. 127-128).

Repensando a proposta curricular, desejamos uma educação mais integrada, que reconheça a multiplicidade de agentes e fontes de informação; mudando paradigmas, buscando novas alternativas educacionais e contextualizando os conteúdos curriculares. Portanto, o currículo torna-se uma peça fundamental para ressignificar os caminhos da educação. Faz-se necessário para servir de referência como um fio condutor que avança em busca de uma educação de qualidade. Uma educação que possibilite os educandos uma autonomia de viver melhor em

sociedade. Para tanto, o currículo deve ser aberto e flexível podendo adaptar-se as exigências do cotidiano.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola organiza seu tempo dentro das disposições legais e de maneira que atenda sua clientela. Devem constar no Plano curricular a carga mínima de 200 dias letivos, oitocentas e trinta e três horas e vinte minutos anuais. São quatro bimestres com cinquenta dias letivos em cada um e as aulas são ministradas cinco dias na semana. Contamos com dois turnos em funcionamento, matutino que atende do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental e o vespertino que atende a Educação Infantil 4º e 5º Período, Projeto Educacional em Tempo Integral - PROETI (1º ao 5º Ano) e o 1º e 2º Ano do Ciclo Complementar da Alfabetização.

Percebe-se que a aprendizagem dos alunos acontece, não somente dentro das salas de aulas, mas sim dentro de toda estrutura física da escola. A mesma possui um amplo pátio com mesas para estudo, brincadeiras e jogos, uma biblioteca bem equipada, quadra coberta, área gramada, jogos pintados no pátio. Assim sendo, o ambiente tem sido usado a serviço da estimulação contínua da aprendizagem dos alunos. As salas são bem equipadas com TVs e DVDs em todas, temos um bom laboratório de informática que ajuda enriquecer as aulas com o uso da internet. Mas é preciso um pouco mais de apoio das políticas públicas para se obter melhores resultados educacionais, como podemos ver nos dizeres de Dourado,

Por outro lado, faz-se necessário implementar políticas públicas e, dentre essas, políticas sociais ou programas compensatórios que possam colaborar efetivamente no enfrentamento dos problemas sócio-econômico-culturais que adentram a escola pública. Nessa perspectiva, a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem deve envolver os diferentes setores a partir de uma concepção ampla de educação envolvendo cultura, esporte e lazer, ciência e tecnologia. Ou seja, é necessário avançar para uma dimensão de sociedade educadora, onde a escola cumpra a sua tarefa em estreita conexão com outros espaços de socialização e de formação do indivíduo garantindo condições econômicas, sociais e culturais, bem como financiamento adequado à socialização dos processos de acesso e de permanência de todos os segmentos a educação básica (de zero a 17 anos), entendida como direito social. (DOURADO, 2010, p.14).

A organização do tempo pedagógico é planejada mensalmente por cada série/ano, com módulos duas vezes por mês, durante duas horas acompanhado pela pedagoga. Seguimos um planejamento anual que é elaborado no início do ano com

a participação dos docentes e vai se adequando sempre que se faz necessário. Contamos também com a supervisão pedagógica do Departamento Municipal de Educação de Cláudio-MG, onde existem pedagogas que dão suporte as pedagogas da escola.

A escola conta com um amplo material didático para subsidiar o trabalho dos docentes. Com as verbas destinadas à escola a gestão está sempre adquirindo novos materiais para melhorar a aprendizagem dos alunos. Quanto à parte escrita, ou seja, sua escrituração está em dia, de acordo com as leis vigentes. O cardápio conta com as orientações de uma nutricionista para deixá-lo sempre nutritivo e com qualidade.

A merenda escolar é feita seguindo as recomendações da nutricionista, com um cardápio variado. As crianças do ensino regular contam com uma refeição diária. Já os alunos do PROETI se alimentam quatro vezes ao dia. Sendo um café, um almoço, outro café e uma fruta acompanhada de um iogurte ou vitamina, ou gelatina. As crianças do PROETI têm horário da higiene pessoal e bons hábitos tudo sobre a supervisão de um docente.

Com os repasses do governo, em especial do Programa Mais Educação, a escola tem ampliado o tempo com qualidade dos educandos. Principalmente os alunos que participam do PROETI¹, os mesmos têm contado com oficinas bastante proveitosas e que visam produzir de maneira lúdica mais conhecimento para os mesmos. São oficinas de acompanhamento pedagógico,

¹ Projeto Educacional em Tempo Integral atende as crianças na escola durante o dia todo.

alfabetização e letramento, matemática, horta, histórias em quadrinhos, natação. Todo investimento tendo em vista melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem, como percebemos nos dizeres de Dourado,

A exigência contemporânea de melhoria da qualidade da educação tem levado os países e os sistemas educativos a reconhecerem a complexidade do fenômeno educacional e a pensarem a questão da qualidade em toda a sua complexidade, o que inclui reconhecer os fatores externos e internos que afetam a aprendizagem das crianças, jovens e adultos. A educação de qualidade tem se tornado uma exigência da sociedade atual, assim como a ampliação do tempo de escolarização, o que de certa forma tem contribuído para o entendimento da educação como um bem público e direito social, colocando-a, sobretudo, na esfera das obrigações e dever do Estado. Tal situação tem se configurado no panorama internacional a partir de acordos, planos e metas comuns voltados à garantia de acesso e permanência com qualidade social. (DOURADO, 2010, p.16).

Todos os investimentos na qualidade do tempo na escola, têm como objetivo intensificar e efetivar a aprendizagem dos alunos. Tarefa que não é fácil, mas tem-se procurado realizar através das inferências pedagógicas e auxílio de todos envolvidos no processo. Garantir a qualidade do tempo dos alunos na escola tem sido o desafio, não podemos somente oferecer o ensino, é preciso que o ensino ofertado seja condizente com as necessidades do momento. Ou seja, com as necessidades exigidas no mundo de hoje, um mundo extremamente capitalista, consumista e tecnológico.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Os processos de tomadas de decisões da escola, Municipal Madre Maria dos Anjos Amorim acontecem de maneira participativa e democrática, como também vem sendo a gestão da escola. As decisões buscam o bem comum dos discentes a fim de promover uma aprendizagem eficiente. Tais processos também buscam o apoio da comunidade escolar.

Percebe-se que quanto à escolha do diretor a escola no ano de 2013 retrocedeu no processo democrático. Pois, por motivos políticos, a escola já vinha escolhendo seu diretor através de eleição e no final do ano de 2012, deveria ter acontecido uma eleição para diretor. O prefeito do mandato anterior não realizou tal eleição e o atual prefeito não quis promovê-la. Por este impasse político no ano de 2013 o diretor foi indicado. O fato de não acontecer uma eleição e sim uma indicação, num município em que o plano de carreiras contempla esta ação, deixou muitos profissionais insatisfeitos. O que de certa maneira não causa satisfação à classe docente.

Mas ao se elaborar o Projeto Político Pedagógico desta instituição, o processo democrático tornou-se efetivo. Na sua elaboração vários seguimentos foram essenciais para construir e reconstruir a identidade da escola, buscando delimitar suas metas, ações e as novas diretrizes que norteiam todo trabalho da comunidade escolar. Dentre todo este processo a participação dos pais, professores, conselheiros, diretora, serviçais, secretárias, alunos e a toda comunidade escolar, foi de extrema importância. A interação entre todos esses participantes não foi só um “ficar junto”, mas um momento único de trocar ideias, dividir tarefas, mas também, um momento ímpar na superação de dificuldades e divergências, nesse sentido Barreto (2005) já diz,

É preciso, pois, criar na escola um ambiente acolhedor para ouvir o que a população tem a dizer sobre o que espera do ensino, como encara os deveres da casa e as condições que os alunos têm para fazê-los, como entende a avaliação e os processos de recuperação, assim como tudo o mais que a preocupa em relação à educação dos filhos. (BARRETO, 2005, p.3).

Nesse sentido a escola buscou formar seu colegiado para assegurar os processos de decisões futuros. O colegiado assume uma função de auxiliar a gestão na administração da escola, de maneira democrática. O mesmo se reúne sempre que se fizer necessário, ou seja, quando é preciso decidir assuntos de relevância financeira e administrativa, participando com menor frequência da parte pedagógica.

O gestor busca então descentralizar seu poder a fim de garantir uma maior participação de todo grupo. As tarefas são divididas entre os docentes, pedagogos e demais funcionários tornando o andamento da escola algo o mais natural possível. A capacitação e apoio pedagógico para os docentes são oferecidos a contento. Portanto a gestão caminha com democracia, participação oferecendo espaços para informações, transparência administrativa e divisão do poder.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Gerir uma escola tornou-se uma tarefa muito complexa, que exige muito discernimento e conduta ética, capaz de vencer os obstáculos do dia a dia. É preciso conhecer leis, averiguar os interesses da instituição e ainda saber lidar com a parte humana, ou seja, reconhecer que dentro de uma escola lidamos todo dia com pessoas diferentes que buscam de alguma maneira o conhecimento.

Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola também visa o bom relacionamento entre todos os integrantes da mesma. Sendo, necessário saber ouvir todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Tanto alunos, professores, comunidade escolar, gestores e demais funcionários. Através do diálogo e das relações entre as pessoas, as decisões e o planejamento futuro das ações serão mais fáceis de se viabilizarem e a gestão se torna cada dia mais democrática, como podemos ver nos dizeres de Cury,

A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, por injunção da nossa Constituição (art. 37): transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta. (CURY, 2006, p. 22).

Percebe-se, que estas relações nem sempre são harmoniosas, é preciso à intervenção do gestor para conduzir da melhor maneira este convívio. Sendo o gestor então um mediador entre as conversas, decisões e tomadas de decisões. Faz-se necessário também ser muito aberto ao diálogo, a possíveis questionamentos e flexível nesse processo. Ou seja, o gestor deve ter como meta, sempre atender aos anseios do coletivo, já que todos os envolvidos no processo da educação de certa maneira também dão sua contribuição para gestão como vemos com Japecanga (2000),

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPENGA, 2000, p.46).

Um impasse na instituição é que alguns profissionais não assumem a profissão como prioridade não inova sua prática e assim dificultam a transformação da sociedade. Ainda evidencia-se práticas individualistas que nada contribuem para o desenvolvimento da instituição. O desafio é conseguir de alguma maneira, engajar todos os docentes nesse processo contínuo de melhorar a educação. E também viabilizar uma educação de qualidade, eficiência e que seja interessante para os educandos deste século XXI.

Neste sentido, uma maneira de também conduzir as relações de trabalho com eficiência, é descentralizar seu poder. Atribuindo aos diversos setores da educação suas funções. Assim, cada um se sente parte integrante do processo ajudando toda estrutura caminhar em busca do sucesso. E o processo ensino-aprendizagem tem mais possibilidades de dar certo, pois, o trabalho coletivo com certeza colhe melhores frutos.

7. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação dentro de uma unidade escolar também é um medidor de qualidade no ensino. Mas a avaliação não teve ter caráter de punição, e sim servir de ponto de partida para avançar no desenvolvimento cognitivo da criança. Torna-se mais uma ferramenta que pode ser utilizada para conduzir o processo de assimilação e acomodação do conhecimento.

Sem dúvida pensar avaliação é uma tarefa bastante complexa que deve ser vista como um processo diário e contínuo e não classificatório. É preciso compreender o processo de aprendizagem dos alunos para assim avaliá-los. Nesse sentido se pensarmos nas avaliações externas que nossos alunos são submetidos a realizar temos um impasse. Trabalhamos dia a dia para valorizar as habilidades de cada criança, capacitá-las para lidar com o dia a dia de acordo com sua realidade. De repente chega às avaliações externas que cobram tudo igual de todos os alunos com diferentes bagagens e vivências. Não seria uma contradição na educação?

Como falar em processo, em reconhecer as habilidades e competências de cada criança, se o sistema nos cobra algo contrário? Devemos nós continuar com a ideologia e missão da escola? Ou simplesmente treinar nossos alunos a fazer provas? Tais questionamentos perpassam os pensamentos e discussões do corpo docente da escola, pois acreditamos que a avaliação não acontece de uma hora para outra é um processo que exige retomada a todo o momento como vemos nos dizeres de Sousa,

Sem dúvida, a perspectiva de avaliação aqui explorada não é algo que se viabiliza em curto prazo e sem embates e impasses, pois supõe uma mudança da lógica que orienta de modo dominante a organização e a dinâmica das escolas e dos sistemas de ensino como um todo. No entanto, penso que vale a pena enfrentarmos o desafio de construir um processo de

avaliação capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática. (SOUSA, 2005, p.6).

Sendo assim, a instituição avalia o aluno dia a dia, num processo contínuo, almejando o sucesso do aluno, o professor parte de onde a criança está e dá continuidade a construção de seu conhecimento dando assim, uma sequência pedagógica ao desenvolvimento como um todo do discente, valoriza-se as qualidades e peculiaridades dos alunos, incentivando-os a superar suas dificuldades. Já a avaliação do PPP está deixando a desejar o mesmo ainda não foi avaliado pelos membros da equipe escolar e de toda comunidade, certifica-se que está na hora que avaliá-lo para que se necessário efetivar mudanças.

O processo de avaliação e reconstrução do PPP se dará com reuniões entre o colegiado e os demais funcionários da escola. Novas sugestões, ações e metas serão traçadas, e todos, cada um no seu segmento poderá contribuir para o desenvolvimento da escola. Será importante também ressaltar os aspectos positivos para melhorá-los e aperfeiçoá-los e corrigir os aspectos negativos, a fim de alcançar uma aprendizagem mais significativa para nossos alunos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da instituição baseia-se na concepção construtivista, na qual o aluno é sujeito ativo na construção do seu saber, interagindo produtivamente nesta elaboração, tendo como propósito uma aquisição mais significativa do conhecimento adquirido, como podemos perceber nos dizeres de Cury, 2006,

A qualidade do ensino implica, então, o enfrentamento de um processo de produção às mais elaboradas formas de estética. Afinal, o conhecimento se torna componente mais e mais presente no mundo do trabalho, da comunicação, do lazer e de múltiplas outras realidades de uma sociedade que se mundializa. (CURY, 2006, p.10).

A partir de sua implementação, vários frutos positivos já podem ser vistos na instituição, hoje, a identidade da escola e suas metas estão bem definidas, assim como seus desafios. Alguns profissionais estão mais motivados e com práticas inovadoras, os alunos já perceberam algumas mudanças e estão mais participativos. Muitos pais já participam efetivamente da vida escolar de seus filhos podendo ajudá-los na construção de sua aprendizagem. Atualmente não temos evasão na escola, a frequência é boa e a indisciplina diminuiu bastante.

Um dos principais problemas visto para plena implementação deste Projeto Político Pedagógico, é a família terceirizar seus problemas para escola, não generalizando. Por ser uma escola de periferia, a mesma tem muitos problemas com as famílias desestruturadas, que não dão suporte a educação de seus filhos, ficando a escola muitas vezes ocupada com as questões sociais e o pedagógico tende a prejudicar-se. O número de famílias envolvidas com drogas, maus tratos, abusos sexuais, dificuldades financeiras vem crescendo e com isto cresce os problemas da escola, tornando o seu sucesso pedagógico mais difícil.

Para resolver um problema abrangente como as questões familiares, torna-se necessário ajuda de outras esferas governamentais, como o Município e Estado. Políticas públicas precisam ser implementadas para ajudar essas famílias saírem da condição em que se encontram e lutarem por melhores condições de vida. É preciso educar os filhos e restabelecer estas famílias na sociedade.

Por tudo mencionado no texto acima, colocar o Projeto Político Pedagógico em pleno funcionamento não é fácil, é preciso união de poderes para sua eficácia, pois o mesmo é resultado do trabalho coletivo sendo, portanto o fio condutor e articulador de toda escola.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuições para a melhoria da qualidade da educação.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. (Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e da nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm Acesso em: 14 abr. 2014

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 29 jun. 2014

CLÁUDIO. **Projeto Político Pedagógico.** Escola Municipal Encantada. Cláudio/MG, 2013

CURY, C. R. Jamil. **O Direito à educação: um campo de atuação do gestor.** Brasília, Ministério da Educação, 2006

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. Brasil: MEC/NEP. **A Qualidade da educação: conceitos e definições.** Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/qualidade_da_educacao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Capítulo 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/8/6/23969914/getao_escolar_e_o_processo_de_decisao.pdf. Acesso em: 29 jun. 2014

JAPECANGA, Alaide Pereira. A Democratização da Relações de Trabalho na Escola Pública Básica. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/indes.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em: 29 jun. 2014

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. **Educação & sociedade**, ano XXI, nº 73. Dezembro/2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2014

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov/ufmg/mod/data/view.php?id=15369>. Acesso em: 29 jun. 2014

SOUSA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação Institucional: A avaliação da escola como instituição. Gestão e avaliação da educação escolar> Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria da Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005, p.32-38. 42 p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 4). Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo.** Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR. 2005, p. 15 -22. 68p. – (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: moodle3.gov.br/ufmg. Acesso em: 29 jun. 2014

ANEXO 1



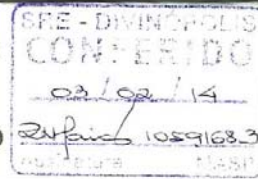
E.M.MADRE M^ª DOS ANJOS AMORIM
CALENDÁRIO ESCOLAR DE 2014
EDUCAÇÃO INFANTIL – 1^º E 2^º PERÍODOS
ENSINO FUNDAMENTAL: CICLO DE ALFABETIZAÇÃO -3 ANOS
CICLO COMPLEMENTAR - 2 ANOS

DETALHAMENTO

MÊS	DIA	DETALHAMENTO
JANEIRO Férias :30 Dia escolar: 00 Dias letivos: 00	01 02 à 31	Feriado Férias
FEVEREIRO Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 20	03 26	Início do Ano Letivo e Escolar e Reunião Técnico Pedagógica-(extra turno) Assembleia da Comunidade Escolar (extra-turmo)
MARÇO Dias Escolares: 02 Dias Letivos: 16	03 04 05 06 e 07 10	Recesso Escolar Feriado – Carnaval Recesso Escolar – 4 ^ª feira de Cinzas Formação Continuada Planejamento Reunião Técnico Pedagógica- extra turno
ABRIL Dia Escolar: 00 Dias letivos: 19	14 17 18 21 24	Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Recesso – 5 ^ª feira Santa Feriado – 6 ^ª feira Santa Feriado –Tiradentes Conselho de Classe
MAIO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	01 12 31	Feriado - Dia do Trabalho- Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica –(extra turno) Festa da Família / Festa Junina
JUNHO Dia Escolar: 01 Dias Letivos: 10	04 07 09 14 16 a 18 19 20, 23 a 27 e 30	Dia D – Toda a Escola deve fazer a Diferença-Dia Escolar Toda a Comunidade Participando na Escola-Dia Letivo Reunião Técnico Pedagógica -extra turno Início Férias Recesso Escolar Feriado – Corpus Christi Recesso escolar
JULHO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 14	01 a 04, 07 a 11 14 21	Recesso Escolar Início 2 ^º Semestre letivo Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno)
AGOSTO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 22	04 11 30	Conselho de Classe Reunião Técnico Pedagógica- (extra turno) Aniversário da Cidade Cláudio – Dia Letivo
SETEMBRO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 23	06 07 08 13	Abertura dos Jogos Estudantis- Dia Letivo Feriado – Independência do Brasil Reunião Pedagógica (extra-turmo) Festa - Aniversário da Escola (Sábado)
OUTUBRO Dias Escolares: 00 Dias Letivos: 18	06 09 12 13 a 17	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Conselho de Classe Feriado Recesso Escolar
NOVEMBRO Dia Escolar: 00 Dias Letivos: 20	02 10 15 20 27	Feriado – Finados Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado-Proclamação Republica Dia Nacional da Consciência Negra e Indígena Assembleia da Comunidade Escolar (extra – turno)
DEZEMBRO Dia Escolar: 02 Dias Letivos: 14	01 08 18 19 22 e 23 23 25 24, 26, 29 a 31	Reunião Técnico Pedagógica – (extra turno) Feriado – Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Cláudio Conselho de Classe Término do Ano Letivo Avaliação das Atividades de 2014 e Replanejamento Término do Ano Escolar Feriado - Natal Recesso Escolar
Momento Cívico: Último dia útil de cada semana. Lei nº 14.386 de 29 de outubro de 2002 – MG de 30 de outubro de 2002.		
-Grupo de Estudos- Quinzenalmente		
ANO LETIVO INDEPENDENTE DO ANO CIVIL, CONSTITUIR-SE-À DE: 200 Dias Letivos		

ANEXO 2

PLANO CURRICULAR – ANO 2014
MUNICÍPIO: CLÁUDIO



EDUCAÇÃO INFANTIL: 1º e 2º PERÍODO

	EIXOS DE TRABALHO	1º PERÍODO		2º PERÍODO	
		AS	CHA	AS	CHA
Formação Pessoal e Social / Conhecimento de Mundo	Arte	3	60:00	3	60:00
	Identidade e Autonomia	4	80:00	4	80:00
	Brincar /Faz de Conta	4	80:00	4	80:00
	Linguagem Oral e Escrita	6	120:00	6	120:00
	Movimento/Corporeidade	4	80:00	4	80:00
	Música	3	60:00	3	60:00
	Natureza e Sociedade	3	60:00	3	60:00
	Matemática	6	120:00	6	120:00
	Educação Física	2	40:00	2	40:00
	Sub-total	35	700:00	35	700:00
	Recreio	5	100	5	100
	TOTAL	40	800:00	40	800:00

- NA EDUCAÇÃO INFANTIL, O RECREIO DEVE SER INCLUÍDO DENTRO DAS 800:00 HORAS.

INDICADORES FIXOS:

Duração do Módulo: Regência de Turma: **30 minutos**
 Nº de Dias Letivos: **200**
 Nº de Semanas Letivas: **40**
 Carga Horária Anual: **800:00 horas**
 Duração do Turno: **4:00 h.**

LEGENDA:

AS: Aulas Semanais
 CHA: Carga Horária Anual

OBSERVAÇÃO:

A Educação Ambiental, como prática educativa permanente, integrada e contínua permeia todos os eixos de trabalho – Lei nº 9795/99.

Carla Aparecida Santos
 Chefe do IME
 Chefe do Departamento Municipal de Educação
 Autorização nº 401123

Floreana de Melo D. Roqueira
 Diretora
 Aut. 401219
 Diretor (a)

[Assinatura]
 Inspectora Escolar

[Assinatura]
 Membro do Conselho Escolar

Cláudio, 27 de Janeiro de 2014.



E.M. MADRE MARIA DOS ANJOS ANDRIM
ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL
RESOLUÇÃO Nº 887/96 - M3 DE 20/02/98
RUA FRANCISCO MARTINS ANDRIM, 30 COIJA, HABITACIONAL SANTA MARIA
Tel. (031) 3381-2511 - CEP. 35.500-000 - CLÁUDIO - MINAS GERAIS

SRE - DIVINÓPOLIS
CONFERIDO

CURRICULAR - Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) Ano 2014 LDB 9394/96 de 20/12/96 - Res SEE nº 2197/12 - PROJETI "PROJETO EDUCACIONAL TEMPO INTEGRAL" - 1º E 3º TURNO

ÁREAS DE CONHECIMENTO COMPONENTES CURRICULARES	CICLO DA ALFABETIZAÇÃO											
	1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO			
	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA		
BASE NACIONAL	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00
		Arte	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Educação Física	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
	Matemática	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	6	192,00	
	Ciências da Natureza	Geografia	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00	2	64,00
		História	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00	3	96,00
	Ciências Humanas	Ensino Religioso	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Linguagens	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
	PD	Linguagens	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
		Música	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00	1	32,00
TOTAL		25	800,00	25	800,00	25	800,00	25	800,00	25	800,00	
Acompanhamento Pedagógico	Letramento/Alfabetização	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	8	266,40	
	Matemática	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	6	200,00	
Cultura e Arte	Teatro	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Dança	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Esporte e Lazer	Recreação e Lazer	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Xadrez / Jogos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Cibercultura	Natação	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Educação Tecnológica	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	Rádio Escolar	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
	História em Quadrinhos	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	1	33,20	
Seg. Alimentar Nutricional	Promoção e Saúde	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	
Educação Socioambiental	Ed. para Sustentabilidade	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Direitos Humanos e Cidadania	Direitos Humanos	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	2	66,40	
Sub Total		30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	30	1000,00	
TOTAL DE CH.		55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	55	1800,00	

Indicadores FINE

Ciclo Inicial Módulo aula: 48 minutos Dias Letivos anuais: 200 Semanas Letivas: 40 Carga Horária anual: 800 horas Duração do turno: 4 horas Duração do recreio: 15 minutos	Oficinas: Módulo: 50 minutos Semanas letivas: 40 Carga Horária anual: 1000 horas Duração do turno: 5 horas Duração do recreio: 20 minutos	Funcionamento dos Turnos Matutino: 07:15 às 12:15 horas Vespertino: 11:30 às 16:30 horas	Legenda: AS - Aulas Semanais CHA - Carga Horária Anual	Observações: Lei 12.491/07 - Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências. Lei 12.787/06 - Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos. Lei 9.795/99 - Educação Ambiental integrada a todos os conteúdos, especialmente Geografia e Ciências. Lei 13.411/09 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos. Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/05 - História e Cultura Afro- Brasileira e das povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa. Lei 11.525/07 e Res SEE 1937/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História. Lei Federal 11786/08 - Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte. São Paulo, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, brasilidade, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.
---	---	---	---	--

Iara Aparecida Amador dos Santos
Chefe do Departamento Municipal de Educação
Autorização nº 40123

Floreana de Melo O. Riquiera
Diretora
Aut. 401219

M. M. M. M.
Membro do Conselho da comunidade Escolar
Cláudio 27 de Janeiro de 2014

Inspector

PLANO CURRICULAR

ENSINO FUNDAMENTAL – CICLOS INICIAIS
LDB 9394/96 de 20/12/96; ; Res SEE Nº 2197/201

ESCOLA: Municipal Madre M^a dos Anjos Amorim

MUNICÍPIO: Cláudio - MG

ANO: 2014



Áreas de Conhecimento/Componentes Curriculares			Ciclo da alfabetização						Ciclo complementar			
			1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
			AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum	Linguagens	Língua Portuguesa	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00
		Arte	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Educação Física	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
	Matemática	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	6	192:00	
	Ciências da Natureza	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	
	Ciências Humanas	História	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00	2	64:00
		Geografia	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00	3	96:00
	Ensino Religioso	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	
	PD	Música	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
		Literatura	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00	1	32:00
Total			25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00	25	800:00

<p>INDICADORES FIXOS</p> <p>Módulo aula: 48 minutos</p> <p>Duração do recreio: 15 minutos</p> <p>Duração do turno: 4:00 horas</p> <p>Nº de dias letivos anuais: 200</p> <p>Nº de semanas letivas anuais: 40</p> <p>Carga Horária Anual: 800 horas</p>	<p>Legenda:</p> <p>AS: Aulas Semanais</p> <p>CHA: Carga Horária Anual</p>
<p>Observações:</p> <p>Lei 12.491/97 – Orientação Sexual integrada ao conteúdo de Ciências.</p> <p>Lei 12.767/98 – Estudos sobre Direitos Humanos permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 9.795/99 – Educação Ambiental integrada aos conteúdos de Geografia e Ciências.</p> <p>Lei 13.411/99 - Estudos sobre dependência química e consequências do uso de drogas permeiam todos os conteúdos.</p> <p>Lei 11.645/08 e SEE nº 1159/08 – História e Cultura Afro - Brasileira e dos povos indígenas brasileiros permeiam todos os conteúdos, em especial, Arte, História e Língua Portuguesa.</p> <p>Lei 11.525/07 e Res SEE 1307/09 - Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e Adolescentes serão ministrados em todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa, Geografia e História.</p> <p>Lei federal 11769/08 – Música - conteúdo obrigatório do ensino de Arte.</p> <p>Serão tratados, permeando todo currículo, temas transversais relativos à saúde, vida familiar e social, direitos dos idosos, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho e tecnologia, diversidade cultural, higiene bucal e educação alimentar e nutricional.</p>	
<p><i>Lara Aparecida Amorim Santos</i> Chefe do DME Lara Aparecida Amorim Santos Chefe do Departamento Municipal de Educação Autorização nº: 401123</p>	<p style="text-align: center;"><i>Floreana de Melo C. Rogueira</i> Floreana de Melo C. Rogueira Diretora Aut. 401219</p> <p style="text-align: center;"><i>M. J. S. S.</i> Membro do Conselho Escolar</p> <p style="text-align: right;"><i>[Assinatura]</i> Inspetor</p>
<p>Cláudio, 27 de Janeiro de 2014</p>	